

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis do Banco Topázio S.A. relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2014. Encerramos o primeiro semestre de 2014 com um pequeno crescimento na carteira de crédito. Mantivemos a atuação no mercado de pessoa jurídica, através da oferta de capital de giro e de desconto de títulos e expandimos a atuação no mercado de pessoa física, através da oferta de CDCi além do produto de financiamentos no cartão de crédito. Como as demais instituições do mercado financeiro brasileiro, fomos afetados pela inadimplência tanto nos mercados de pessoa jurídica quanto física. Mantemos nossa convicção de que boa parte dos valores devidos será recuperada no futuro. Em 20 de agosto, foi aprovado pela Diretoria um aumento de capital de R\$8 milhões, que elevou o capital social do Banco de R\$41,7 milhões para R\$49,7 milhões.

Controle Interno e Compliance - O sistema de Controles Internos é um processo estabelecido pela Alta Administração, envolvendo todos os níveis hierárquicos, com a finalidade de assegurar os aspectos de conformidade, mediante o monitoramento de seus

processos de negócio. Instituiu-se metodologia direcionada à proteção de seus ativos atendendo leis e regulamentos - *compliance*, nas diversas áreas do Banco. **Ouvitoria** - Com a filosofia de dar voz aos clientes e usuários dos produtos e serviços, o Banco Topázio S.A. disponibiliza este canal de comunicação, que contribui para aprimorar as relações entre a Instituição e seus usuários, com pilares na transparência, sigilo e confidencialidade no seu relacionamento, em observância às normas legais e regulamentares relativas ao direito do consumidor de modo a atender o previsto na Resolução CMN nº 3.849/2010. Os canais de ouvidoria estão disponíveis em www.bancotopazio.com.br. **Gestão de Riscos** - A estrutura é composta pelo Comitê de Riscos, Comitê de Tesouraria e Superintendência de Controles e sob a sua supervisão um corpo técnico responsável pelo monitoramento dos riscos conforme metodologia apresentada na sequência. O **Gerenciamento de Capital** consiste, em consonância às estratégias do Banco, da construção de cenários normais e estressados determinantes na realização de ações preventivas à insuficiência de capital. No **Risco de Mercado** utiliza-se como metodologia de monitoramento o Value at Risk (VaR), além da realização de testes de estresse

simulando a situação da carteira em situações atípicas de mercado. No **Risco de Crédito** além do constante desenvolvimento nos processos de cadastro e análise para a concessão de crédito, a gestão utiliza-se do monitoramento de diversos indicadores, além da exigência de capital regulatório. A gestão do **Risco de Liquidez** consiste no monitoramento do fluxo de caixa diário, projetado para um horizonte de um ano. Através do Comitê de Tesouraria, grupo contando com a participação de técnicos das áreas financeira e de riscos, são analisadas e definidas estratégias para a gestão da liquidez. O **Risco Operacional** é monitorado através de uma base de perdas operacionais, a estrutura conta também com uma área dedicada a aperfeiçoar os processos do banco. Por fim a Gestão de Riscos é responsável pela apuração dos limites operacionais determinados pelo BACEN, como o **Índice de Basileia**, buscando o equilíbrio entre as exposições aos riscos e a lucratividade, sempre em conformidade com a legislação vigente. Maiores informações sobre a estrutura de gerenciamento de riscos estão disponíveis em www.bancotopazio.com.br.
Porto Alegre (RS), 22 de agosto de 2014

BALANÇOS PATRIMONIAIS					
Em 30 de junho de 2014 e 2013 (Em milhares de reais)					
	2014	2013		2014	2013
Ativo			Passivo		
Circulante	262.878	250.338	Circulante	125.705	126.824
Disponibilidades (Nota 4)	8.361	1.330	Depósitos	114.058	116.374
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 4)	28.920	22.973	Depósitos à vista (Nota 11)	7.990	2.567
Aplicações no mercado aberto	5.901	22.973	Depósitos interfinanceiros (Nota 11)	4.139	3.773
Aplicações em depósitos interfinanceiros	23.019	-	Depósitos a prazo (Nota 11)	101.929	110.034
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos (Nota 5)	30.964	28.275	Relações interdependências	2	285
Carteira própria	29.849	15.523	Recursos em trânsito de terceiros	2	285
Vinculados ao Banco Central	-	12.752	Outras obrigações	11.645	10.165
Vinculados à prestação de garantias	1.115	-	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	110	87
Relações interfinanceiras	125	126	Carteira de câmbio	3.216	671
Pagamentos e recebimentos a liquidar	6	20	Fiscais e previdenciárias	682	1.362
Depósitos vinculados ao Banco Central	89	88	Diversas (Nota 12)	7.637	8.045
Correspondentes	30	18	Não circulante	136.987	121.678
Operações de crédito (Nota 6)	105.216	119.527	Depósitos	22.416	18.310
Setor privado	127.956	140.487	Depósitos interfinanceiros (Nota 11)	926	1.184
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(22.740)	(20.960)	Depósitos a prazo (Nota 11)	21.490	17.126
Outros créditos (Nota 7)	86.271	76.733	Recursos de aceites e emissão de títulos (Nota 11)	114.571	103.368
Carteira de Câmbio	3.248	672	Letras financeiras	114.571	103.368
Diversos	83.023	76.061	Patrimônio líquido (Nota 14)	35.123	42.558
Outros valores e bens	3.021	1.374	Capital	41.714	40.314
Despesas antecipadas (Nota 8)	3.021	1.374	De domiciliados no País	41.714	27.714
Não circulante	34.937	40.722	Aumento de capital	-	14.000
Realizável a longo prazo	29.359	34.226	Capital a realizar	-	(1.400)
Operações de crédito (Nota 6)	19.252	30.105	Reservas de lucros	-	2.239
Setor privado	24.680	32.645	Ajustes de avaliação patrimonial	(27)	5
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(5.428)	(2.540)	Prejuízos acumulados	(6.564)	-
Outros créditos (Nota 7)	9.306	2.202			
Diversos	9.306	2.202			
Outros valores e bens	801	1.919			
Despesas antecipadas (Nota 8)	1.137	1.193			
Imobilizado de uso (Nota 9)	2.566	2.262			
Outras imobilizações de uso	(1.429)	(1.069)			
Depreciações acumuladas	2.093	2.548			
Intangível (Nota 10)	3.098	3.483			
Ativos intangíveis	(1.005)	(935)			
Amortização acumulada	2.348	2.755			
Diferido (Nota 10)	4.059	4.808			
Gastos de organização e expansão	(1.711)	(2.053)			
Amortização acumulada	297.815	291.060			
Total do ativo	297.815	291.060	Total do passivo e do patrimônio líquido	297.815	291.060

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Em 30 de junho de 2014 e 2013 (Em milhares de reais)						
	Capital social		Reservas de lucros		Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados
	Realizado	Aumento de Capital	Legal	Estatutária		
Saldos em 31 de dezembro de 2012	27.714	-	353	6.206	-	-
Aumento de capital (Nota 14)	-	12.600	-	-	-	12.600
Reversão de dividendos propostos	-	-	-	378	-	378
Prejuízo do semestre	-	-	-	-	-	(4.698)
Destinações	-	-	-	(4.698)	-	4.698
Constituição de reservas	-	-	-	-	-	5
Ajustes ao mercado	-	-	-	-	-	5
Saldos em 30 de junho de 2013	27.714	12.600	353	1.886	-	42.558
Mutações no semestre	-	12.600	-	(4.320)	5	8.285
Saldos em 31 de dezembro de 2013	40.314	-	-	-	(19)	38.396
Aumento de capital (Nota 14)	1.400	-	-	-	-	1.400
Prejuízo do semestre	-	-	-	-	-	(4.665)
Destinações	-	-	-	-	-	8
Ajustes ao mercado	-	-	-	-	-	8
Saldos em 30 de junho de 2014	41.714	-	-	-	(27)	35.123
Mutações no semestre	1.400	-	-	-	8	(4.665)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 30 de junho de 2014 e 2013 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional: O Banco Topázio S.A. ("Banco" ou "Instituição") é uma sociedade anônima de capital fechado que foi constituída como Topázio S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento em 8 de abril de 2005, tornando-se operacional em 1º de março de 2006 e desde 12 de junho de 2009 opera na forma de Banco Múltiplo. As operações são conduzidas por um conjunto de Instituições que agem de forma integrada no mercado financeiro. O Banco Topázio tem como objeto oferecer serviços e produtos financeiros que atendam às especificidades de cada segmento de cliente utilizando, de forma sinérgica, o potencial da relação financeira com a rede conveniada Good Card, atendendo nichos carentes de crédito. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/1976, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/2007 e nº 11.041/2009 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Banco Central do Brasil - BACEN, Conselho Monetário Nacional - CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pelo BACEN (CPC 01, 03, 05, 10, 23, 24 e 25). A aprovação destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 22 de agosto de 2014. **3. Resumo das principais práticas contábeis:** a) **Apuração do resultado:** O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no modelo exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações com o exterior, que são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço. b) **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações interfinanceiras de liquidez cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam valor insignificante de mudança de valor justo. c) **Aplicações interfinanceiras de liquidez:** Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros. d) **Títulos e valores mobiliários:** Conforme estabelecido pela Circular nº 3.068/2001 do Banco Central do Brasil - BACEN, os títulos e valores mobiliários são classificados e mensurados subsequentemente da seguinte forma: *Títulos para negociação* - são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período classificados como ativo circulante, independentemente do prazo de vencimento; *Títulos disponíveis para venda* - são aqueles que não se enquadram como para negociação ou como mantidos até o vencimento e são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários; *Títulos mantidos até o vencimento* - são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. e) **Operações de crédito:** Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções CMN nº 2.682/1999 e nº 2.697/2000. A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 59 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 60º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. f) **Provisão para créditos de liquidação duvidosa:** A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções CMN nº 2.682/1999 e nº 2.697/2000, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito. g) **Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes):** Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias *pro rata* dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar. h) **Imobilizado de uso:** Demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado

de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota 9, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens. i) **Intangível e diferido:** O ativo intangível está representado por gastos com o projeto Internet Banking e o desenvolvimento dos produtos Câmbio, Envio Fácil Nacional e Internacional, Projeto CDCi, Empréstimo Consignado e Softwares, registrados ao valor de custo. A amortização para os projetos concluídos é calculada pelo método linear, com base no prazo de cinco anos para o Câmbio e três anos para Internet Banking e Consignado. Os ativos intangíveis são submetidos a teste de recuperabilidade, com intuito de determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável - *impairment*. O ativo diferido está representado por gastos com a transformação em Banco Múltiplo, registradas ao valor de custo. A amortização é calculada pelo método linear, no prazo de 10 anos. j) **Redução ao valor recuperável de ativo:** O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. k) **Ativos e passivos em moeda estrangeira:** Os ativos monetários denominados em moedas estrangeiras são convertidos para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento de balanço e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do período. l) **Depósitos Interfinanceiros:** representam captações de Certificados de Depósitos Interbancários (CDIs) e são demonstrados pelo valor das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidas em base *pro rata* dia. *Depósitos a prazo* - estão representados por Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e Depósitos a Prazo com Garantia Especial (DPGEs), pós-fixados, remunerados a taxas de mercado e estão registrados pelo valor captado acrescido dos encargos *pro rata* dia, até a data do balanço. m) **Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes):** Os valores demonstrados incluem, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias (em base *pro rata* dia) e incorridos. As provisões para contingências, de qualquer natureza, são reavaliadas periodicamente pela Administração, que leva em consideração, entre outros fatores, as possibilidades de êxito da ação e a opinião de seus consultores jurídicos. n) **Provisão para imposto de renda e contribuição social:** Os créditos tributários de Imposto de Renda e Contribuição Social são constituídos sobre diferenças temporariamente indutíveis, às alíquotas de 15% (mais adicional de 10% conforme a legislação vigente) e 15%, respectivamente. A realização desses créditos tributários ocorrerá quando da realização das provisões constituídas. As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo. o) **Ativos e passivos contingentes:** As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/2008 do BACEN, a saber: Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados; As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito. p) **Demonstração do fluxo de caixa:** A demonstração do fluxo de caixa pelo método indireto foi preparada e apresentada de acordo com o CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. q) **Resultado por ação:** O lucro líquido (prejuízo) por ação é calculado em reais com base na quantidade de ações em circulação, na data dos balanços. **4. Caixa e equivalentes de caixa:** Nas demonstrações dos fluxos de caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2014		2013	
	2014	2013	2014	2013
Disponibilidades	8.361	1.330		
Aplicações interfinanceiras de liquidez				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	802	969		
Letras do Tesouro Nacional - LTN	5.099	22.004		
Depósitos interfinanceiros (a)	15.169	-		
Total	29.431	24.303		

a) Em 30 de junho de 2014, do montante de R\$ 23.019 de depósitos interfinanceiros, R\$ 7.850 possui prazo de vencimento superior a noventa dias da data de aplicação, e não

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
Semestres findos em 30 de junho de 2014 e 2013 (Em milhares de reais)

	01/01 a 30/06/2014	01/01 a 30/06/2013
Receitas da intermediação financeira	26.122	21.548
Operações de crédito	20.937	19.272
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	3.937	1.475
Resultado de operações de câmbio	1.788	801
Despesas da intermediação financeira	(31.979)	(25.860)
Operações de captação no mercado	(13.212)	(8.100)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 6 (e))	(18.767)	(17.760)
Resultado bruto da intermediação financeira	(5.857)	(4.312)
Receitas/despesas operacionais	(3.302)	(3.486)
Receitas de prestação de serviços	1.606	1.091
Despesas de pessoal	(3.758)	(3.119)
Despesas administrativas (Nota 15)	(10.113)	(10.321)
Despesas tributárias	(1.535)	(1.329)
Outras receitas operacionais (Nota 16)	12.416	11.836
Outras despesas operacionais	(1.918)	(1.644)
Resultado operacional	(9.159)	(7.798)
Resultado não operacional	(97)	-
Resultado antes da tributação sobre o lucro	(9.256)	(7.798)
Imposto da renda e contribuição social (Nota 17)	4.591	3.100
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	(842)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	4.591	3.942
Prejuízo do semestre	(4.665)	(4.698)
Prejuízo por ação	(0,132)	(0,133)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
Em 30 de junho de 2014 e 2013 (Em milhares de reais)

	01/01 a 30/06/2014	01/01 a 30/06/2013
Atividades operacionais		
Prejuízo do semestre	(4.665)	(4.698)
Ajustes ao resultado do semestre	19.367	18.450
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	18.767	17.760
Provisão para passivos contingentes	(60)	70
Depreciação e amortização	563	620
Baixa líquida de imobilizado e intangível	97	-
Lucro líquido ajustado	14.702	13.752
Variações nos ativos e passivos	(16.741)	(9.854)
Ajustes de avaliação patrimonial	(8)	5
Redução (aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez (Aumento) em títulos e valores mobiliários	(5.108)	151
Redução (aumento) em relações interfinanceiras	(1.458)	(28.275)
Redução (aumento) em operações de crédito	2.674	720
(Aumento) em outros créditos	(11.459)	(28.229)
(Aumento) em outros valores e bens	(13.516)	(12.212)
Aumento (redução) em outras obrigações	(1.276)	(1.696)
Aumento (redução) em depósitos	5.383	2.135
Aumento em recursos de letras financeiras	2.749	(41.836)
Aumento (redução) em relações interdependências	6.010	103.368
(Redução) em obrigações por operações compromissadas	(103)	285
Caixa líquido (aplicado nas) atividades operacionais	(2.039)	3.898
Atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado de uso	(104)	(37)
Aplicação no intangível	-	(272)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento	(104)	(309)
Atividades de financiamento		
Aumento de capital	1.400	12.600
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento	1.400	12.600
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(743)	16.189
Modificação na posição de caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	30.174	8.114
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre	29.431	24.303
	(743)	16.189

Itens que não afetam caixa
Reversão dividendos propostos - (378)
Transferência de ativos intangíveis para despesas antecipadas - 1.306
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

foram considerados como caixa e equivalentes de caixa na demonstração dos fluxos de caixa.

5. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos:

	2014		2013
	Valor de mercado	Valor de Custo	Valor de mercado
Títulos disponíveis para venda			
Carteira Própria - LFT	29.849	29.892	15.523
Vinculados ao Banco Central - LFT	-	-	12.752
Vinculados a prestação de garantias	1.115	1.116	-
Total	30.964	31.008	28.275



* continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 30 de junho de 2014 e 2013 (Em milhares de reais)

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos:		
	01/01 a 30/06/2014	01/01 a 30/06/2013
Saldo inicial	24.774	13.713
Constituição de provisão	18.767	17.760
Reversão de provisão	(15.373)	(7.973)
Saldo final	28.168	23.500

f) As operações renegociadas no semestre findo em 30 de junho de 2014 montavam R\$ 6.536 (R\$ 17.733 em 2013). g) No semestre findo em 30 de junho de 2014, ocorreram recuperação de crédito no valor de R\$ 196 (R\$ 210 em 2013). 7. Outros créditos:

	2014	2013
Circulante		
Emissores a receber (a)	72.433	65.047
Impostos e contribuições a compensar	1.231	1.068
Sociedades ligadas (b)	1.333	1.181
Depósito judicial	144	124
Adiantamentos e antecipações salariais	101	98
Tributos diferidos (Nota 17)	5.264	7.226
Câmbio	3.248	672
Outros	2.517	1.317
Total circulante	86.271	76.733
Não circulante		
Tributos diferidos (Nota 17)	9.306	2.202

(a) Emissores a receber: Valores a receber oriundos de utilização de cartões em rede de estabelecimentos credenciados à bandeira Good Card. (b) Sociedades ligadas: Valores a receber da Empresa Brasileira de Tecnologia e Administração de Convênios HAAG S.A., oriundos de reembolso de despesas e transações antecipadas à rede de estabelecimentos, no montante de R\$1.065 (R\$ 1.026 em 2013). Valores a receber da Empresa Brasileira de Tecnologia e Administração de Cartões BHOA Ltda. de R\$ 233 (R\$ 155 em 2013), GoodCard Licenciamentos QBUA Ltda. de R\$ 27 (R\$ 0 em 2013) e ITS System Tecnologia e Processamento de Dados HH Ltda. de R\$ 8 (R\$ 0 em 2013), oriundos de reembolso de despesas. 8. Despesas antecipadas:

	2014	2013
Despesas com estruturação de FIDC	1.173	1.121
Comissões antecipadas	1.589	69
Outros	259	184
Total Circulante	3.021	1.374
Despesas com estruturação de FIDC	586	1.831
Comissões antecipadas	125	69
Outros	90	19
Total não Circulante	801	1.919

	2014		2013		Taxas anuais depreciação %
	Custo corrigido	Deprec. acumulada	Líquido	Líquido	
Instalações	223	(54)	169	189	10
Móveis e utensílios e instalações	626	(304)	322	350	10
Equipamentos de comunicação	85	(37)	48	55	10
Processamento de dados	1.632	(1.034)	598	599	20
	2.566	(1.429)	1.137	1.193	

	2014		2013		Taxas anuais amortização %
	Custo corrigido	Amort. acumulada	Líquido	Líquido	
Intangível					
Projetos de implantação de produtos	3.006	(1.005)	2.001	2.456	33 e 20
Softwares	92	-	92	92	-
	3.098	(1.005)	2.093	2.548	

9. Imobilizado de uso:

	2014		2013		Taxas anuais amortização %
	Custo corrigido	Amort. acumulada	Líquido	Líquido	
Diferido					
Gastos com transformação em Banco	4.059	(1.711)	2.348	2.755	10
	4.059	(1.711)	2.348	2.755	

11. Depósitos interfinanceiros, a prazo e recursos de letras financeiras: Os prazos de vencimentos das operações de depósitos interfinanceiros, a prazo e letras financeiras, estão assim segregados:

	A vencer em até 90 dias	A vencer de 91 dias a 360 dias	A vencer acima de 360 dias	Total
Depósitos				
Depósito à vista	7.990	-	-	7.990
Depósito a prazo	55.838	46.091	21.490	123.419
Depósito interfinanceiro	-	4.139	926	5.065
Total - junho 2014	63.828	50.230	22.416	136.474
Depósito à vista	2.567	-	-	2.567
Depósito a prazo	74.106	35.928	17.126	127.160
Depósito interfinanceiro	-	3.773	1.184	4.957
Total - junho 2013	76.673	39.701	18.310	134.684
Letras financeiras	-	-	114.571	114.571
Total - junho 2014	-	-	114.571	114.571
Letras financeiras	-	-	103.368	103.368
Total - junho 2013	-	-	103.368	103.368

Os depósitos a prazo e interfinanceiros são remunerados em até 120% da taxa do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI), com vencimentos até fevereiro/2019. As letras financeiras são remuneradas em até 100% do CDI, com vencimentos em outubro/2015.

A Diretoria

12. Outras obrigações - Diversas:

	2014	2013
Transações a reembolsar (a)	2.645	4.610
Sociedades ligadas (Nota 18)	742	992
Provisão para pagamentos (b)	2.272	1.834
Provisão para passivos contingentes (Nota 13)	70	70
Outras	1.908	539
Total	7.637	8.045

a) Transações a reembolsar: Transações a pagar a estabelecimentos credenciados à bandeira Good Card. b) Provisão para pagamentos: Valores a pagar de despesas de pessoal e outras despesas administrativas. 13. Passivos contingentes: A Instituição possui passivos contingentes relativos a processos em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas provisões estão demonstrados no quadro a seguir:

Natureza	Probabilidade de perda	Quantidade	Valor estimado	Provisão	
				2014	2013
Trabalhista	Provável	1	70	70	70
Trabalhista	Possível	6	229	-	-
Tributária	Possível	2	14	-	-
Cível	Possível	67	4.320	-	-
		76	4.633	70	70

As ações de natureza cível são referentes a rescisão de contratos, ações de sustentação de protesto, inexistência de débitos e indenizações. 14. Patrimônio líquido: Em 30 de junho de 2014, o Capital Social é de R\$ 41.714, representado por 35.321.233 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pertencentes integralmente a acionistas domiciliados no País. Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de abril de 2013, foi aprovado o aumento de Capital Social no valor de R\$14.000, mediante a emissão de 10.553.300 novas ações ordinárias, sem valor nominal, ao preço de R\$1,3266 (hum real e trinta e dois centavos) por ação, dos quais R\$12.600 foram integralizados até 30 de junho de 2013 e os R\$ 1.400 foram integralizados em 28 de abril de 2014. O aumento de capital foi aprovado pelo Banco Central do Brasil em 02 de outubro de 2013. 15. Despesas Administrativas:

	01/01 a 30/06/2014	01/01 a 30/06/2013
Processamento de dados	3.773	3.207
Serviços de terceiros	1.158	1.863
Serviços técnicos especializados	1.606	1.850
Serviços do sistema financeiro	1.771	1.408
Comunicações	243	355
Aluguéis	370	314
Outras despesas administrativas	1.192	1.324
Total	10.113	10.321

16. Outras receitas operacionais: Representam, majoritariamente, receitas decorrentes do pagamento antecipado de reembolso de transações de cartões à rede de estabelecimentos, mediante desconto pelo prazo antecipado e recuperação de despesas. 17. Imposto de renda e contribuição social: Os valores de imposto de renda e contribuição social apresentados na demonstração do resultado foram apurados através do regime de apuração do lucro real em 30 de junho de 2014 e 2013:

	2014	2013
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(9.256)	(7.798)
(+) Adições	18.839	17.943
(-) Exclusões	(15.498)	(8.007)
Base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social antes das compensações	(5.915)	2.138
IRPJ	-	(521)
CSLL	-	(321)
Total imposto de renda e contribuição social correntes	-	(842)
IRPJ	2.869	2.464
CSLL	1.722	1.478
Total imposto de renda e contribuição social diferidos	4.591	3.942
Total do imposto de renda e contribuição social no resultado	4.591	3.100

	Saldo em 31/12/2013	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2014
Adições temporárias				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9.910	7.507	(6.149)	11.268
Provisão para passivos contingentes	52	-	(24)	28
Serviços compartilhados	-	59	-	59
Base negativa CSLL	-	1.199	-	1.199
Prejuízo fiscal	-	1.999	-	1.999
Ativo fiscal diferido - Reconhecido no resultado	9.962	10.764	(6.173)	14.553
Ajuste ao valor de mercado - TVM	12	6	(1)	17
Total	9.974	10.770	(6.174)	14.570

O valor presente dos créditos tributários, descontados pelo custo médio de capital de 13,26% a.a. em 30 de junho de 2014 é de R\$11.554. Não existem créditos tributários não ativados em 30 de junho de 2014 e 2013. O saldo existente em 30 de junho de 2014 está suportado pelo Estudo Técnico de Realização do Crédito Tributário elaborado pela administração e aprovado pela Diretoria, o qual considera projeções de resultado e plano de negócios com base na conjuntura atual e cenários futuros das premissas utilizadas nas referidas projeções. b) Alterações na Legislação Tributária: Em novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627 estabelecendo a não incidência de tributação sobre os lucros e dividendos calculados com base nos resultados apurados entre 1º de janeiro de 2008 e 31 de dezembro de 2013, pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real,

presumido ou arbitrado, efetivamente pagos até a data de publicação da referida Medida Provisória, em valores superiores aos apurados com observância dos métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007, desde que a empresa que tenha pagado os lucros ou dividendos optasse pela adoção antecipada do novo regime tributário já a partir de 2014. Em maio de 2014, esta Medida Provisória foi convertida na Lei nº 12.973, com alterações em alguns dispositivos, inclusive no que se refere ao tratamento dos dividendos, dos juros sobre o capital próprio e da avaliação de investimentos pelo valor de patrimônio líquido. Diferentemente do que previa a Medida Provisória, a Lei nº 12.973 estabeleceu a não incidência tributária de forma incondicional para os lucros e dividendos calculados com base nos resultados apurados entre 1º de janeiro de 2008 e 31 de dezembro de 2013. A Instituição elaborou estudos sobre os efeitos que poderiam advir da aplicação das disposições da Lei nº 12.973 e concluiu que não há efeitos significativos nas suas demonstrações financeiras de 30 de junho de 2014 e de 30 de junho de 2013 e está avaliando se optará ou não pela antecipação de seus efeitos, que deverá ser manifestada na Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF) referentes aos fatos geradores ocorridos no mês a ser determinado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB). 18. Transações com partes relacionadas: a) Transações e saldos: As transações com partes relacionadas compreendem, em sua maior parte, depósitos à vista e a prazo efetuados a taxas e condições usuais de mercado:

Ativo	2014		2013		Total	Total
	Inter- com	tec Con- vênios metro	Embra- tec car- tões	Eco Frotas		
Outros créditos (a)	-	73.498	-	233	35	73.766
Passivo						
Depósitos à vista	2.804	1.039	34	1.444	5	5.386
Depósitos a prazo (b)	-	84.981	8.653	-	2.470	97.929
Letras financeiras	-	114.571	-	-	-	114.571
Outros passivos (c)	-	53	73	181	-	435

(a) Outros créditos referem-se a valores a receber de sociedades ligadas oriundos de reembolsos de despesas e valores a receber oriundos de utilização de cartões em rede de estabelecimentos credenciados à bandeira Good Card. (b) Depósitos a prazo referem-se a captações através de CDBs. (c) Outros passivos referem-se a valores a pagar a sociedades ligadas oriundos de reembolsos de transações e serviços prestados. b) Remuneração da administração: Os administradores são remunerados na forma de pró-labore pagos via folha de pagamento. O valor total da remuneração no semestre, incluindo gratificações, é apresentado na rubrica "Despesas de pessoal", na demonstração do resultado, no montante de R\$ 603 (R\$ 307 em 2013). A Instituição não disponibiliza outros benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração. 19. Estrutura de gerenciamento de riscos: A avaliação dos riscos é fundamental para a tomada de decisão no Banco. Por isso, o Banco conta com uma estrutura de Gerenciamento de Riscos, que é constituída de acordo com a natureza e o grau de complexidade dos negócios e atividades desenvolvidas. Risco operacional: Conforme a Resolução nº 3.380/2006, define-se como risco operacional "a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos". A gestão deste risco ocorre a partir das recomendações do Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO), respeitando os normativos vigentes. Risco de mercado: Conforme Resolução nº 3.464/2007, define-se o risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação dos valores de mercado de posições detidas pela instituição. Na gestão deste risco, o Banco utiliza o VaR (Value at Risk) para situações normais de mercado, além da realização de testes de estresse simulando situações atípicas de mercado. Risco de liquidez: Risco de liquidez pode ser entendido como a possível incapacidade da instituição honrar suas obrigações, causadas pela ocorrência de desequilíbrios entre a entrada e saída de recursos no fluxo de caixa. Em atendimento à Resolução nº 4.090/2012, o Banco monitora o fluxo de caixa diário, projetando cenários para o horizonte de um ano. Risco de crédito: Conforme a Resolução nº 3.721/2009, define-se como risco de crédito a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. Além do constante desenvolvimento nos processos de cadastro e análise para a concessão de crédito, a gestão de risco de crédito utiliza-se do monitoramento de diversos indicadores, além da exigência de capital regulatório. Gerenciamento de capital: Conforme Resolução nº 3.988/2011, define-se gerenciamento de capital como um processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela instituição, de avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos que a instituição está sujeita e do planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição. A gestão no Banco consiste na construção de cenários contemplando a evolução projetada para os ativos da instituição, bem como o resultado esperado em função das receitas e despesas orçadas. Também são construídos cenários estressados identificando necessidades adicionais de capital em razão de quebras das premissas projetadas. 20. Limite operacional (Acordo da Basileia): Em 30 de junho de 2014, o Banco Topázio S.A. encontra-se enquadrado nos limites de capital estabelecidos pelos normativos em vigor. Com o Índice de Basileia em 13,08%, o Banco Topázio possui Patrimônio de Referência (PR) acima do mínimo exigido de 11% sobre os Ativos Ponderados por Risco (RWA), composto pela exposição aos riscos de mercado, crédito e operacional, conforme Resoluções nº 4.192/2013 e nº 4.193/2013 do CMN e demais normativos complementares. O Patrimônio de Referência do Banco é inteiramente formado pelo capital denominado como de Nível 1, e este por sua vez é inteiramente formado por capital classificado como Capital Principal, deste modo estes indicadores possuem o mesmo valor do índice de Basileia e portanto acima do mínimo exigido de 5,5% para o Nível 1 e 4,5% para o Capital Principal. O Banco possui PR suficiente para suportar também a exposição referente ao risco de mercado das operações da carteira de não negociação de acordo com a Circular nº 3.365/2007 do BACEN e demais normativos pertinentes. 21. Eventos Subsequentes: Em Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de agosto de 2014, foi deliberado e aprovado o aumento do Capital Social do Banco em R\$ 8.000 mediante a emissão e subscrição de 8.260.740 novas ações ordinárias, sem valor nominal, integralizadas pelos acionistas na proporção das ações detidas, sendo R\$ 6.400 no ato e o restante, de R\$ 1.600, até o dia 25 de agosto de 2014.

Patrícia Cären da Silveira Andrade
Contadora - CRC/RS 58013/O-2

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e acionistas do Banco Topázio S.A. Porto Alegre (RS) Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Topázio S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras: A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Responsabilidade dos auditores independentes: Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em

nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião: Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Topázio S.A. em 30 de junho de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Enfatise: Sem ressalvar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota 17 (a) que descreve a existência de créditos tributários ativos de R\$ 14.570 mil, reconhecidos com base em projeções financeiras e plano de negócios revisados para 30 de junho de 2014 e aprovados pela Administração, que incluem estudo da conjuntura atual e cenários futuros de premissas utilizadas nas referidas projeções. A realização desses créditos tributários depende da materialização dessas projeções e planos de negócios na forma como aprovadas pelos órgãos da Administração. Porto Alegre, 22 de agosto de 2014.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6-F-RSDario Ramos da Cunha
Contador CRC-1SP214144/O-1